

João Pedro Resende de Carvalho

**Patrícia trabalha no comércio há 18 anos: apoia a proposta**

O parlamentar alega que o foco é quem trabalha 44 horas distribuídas em seis dias na semana. “Não queremos criar um caos na economia”.

As PECs em disputa

A PEC do deputado Reginaldo Lopes previa redução para 36 horas em 10 anos. Em reuniões no Planalto, porém, o desenho mudou. “Definimos 40 horas, dois dias de descanso, sem redução de salário. Convenções coletivas poderão combinar outras escalas, desde que garantam, no mínimo, dois dias de descanso”, disse ao **Correio**.

Na prática, quem hoje trabalha seis dias passaria a folgar dois e trabalhar cinco. A jornada diária sobe de sete horas e 20 minutos para oito horas. Salário mantido. A proposta precisa de 308 votos na Câmara em dois turnos de votação e 49 no Senado, também em dois turnos.

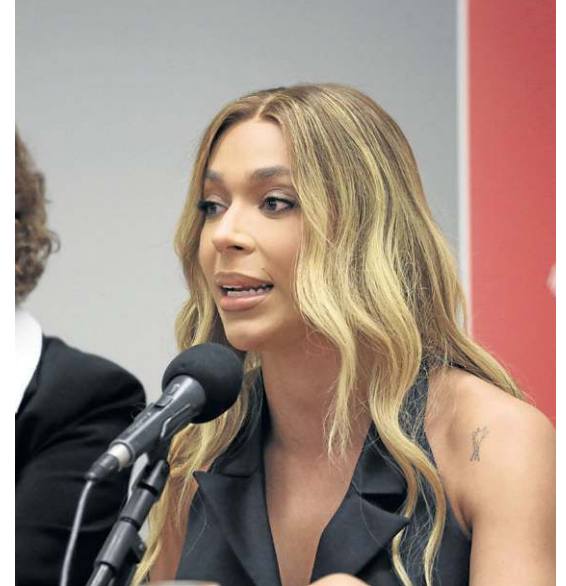
A PEC da deputada Érika Hilton propõe jornada de 36 horas em escala 4x3. Na avaliação de parlamentares, a proposta perdeu força. A PEC do deputado Maurício Marcon, apelidada de “PEC da Alforria”, permite negociação direta entre trabalhador e empregador, sem intermediação sindical. O próprio autor alerta para o risco de informalidade: “O mercadinho da esquina vai propor ao cara: você ganha três mil reais de carteira assinada ou quatro e meio sem carteira.” O senador Paulo Paim (PT-RS) rebate: “No chão da loja, livre pactuação sem sindicato é imposição do empregador.”

No Senado, a PEC de Paim foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda votação no plenário. O texto reduz a jornada de 44 para 40 horas e, depois, retira uma hora por ano até chegar a 36. “A implan-

Artur Póvoa

**Deputado Marcon (PL-RS), autor da PEC da “Alforria”**

Foto: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

**Érika Hilton propõe jornada de 36 horas em escala 4x3**

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

**Léo Prates (Republicanos-BA): relator da PEC**

tação escalonada permite adequação das empresas sem grandes efeitos iniciais”, defende.

Quem paga a conta

Os números variam conforme a fonte — e cada lado usa aquele que lhe convém. Nenhuma metodologia foi publicada integralmente.

O Ministério do Trabalho estima um aumento de 4,7% na folha de pagamento, com base em dados do eSocial — único dado oficial. Associações de prefeitos projetam impacto de 6% em contratos terceirizados. Marcon cita estudo atribuído à Fundação Getúlio Vargas (FGV) que aponta perda de 7% no poder de compra.

“O custo aparece no contrato de limpeza da escola, no valor da cesta básica. Alguém paga essa conta, e normalmente é a ponta mais frágil”, diz Joaquim Passari-

Bruno Spada / Câmara dos Deputados

**Lopes já trabalhou 64 horas semanais**

nho. Para comerciárias como Patrícia, que ganham pouco mais de dois salários mínimos, qualquer repasse ao consumidor come o que sobra no fim do mês. “O dinheiro ajuda. Mas não traz mais qualidade de vida”, diz ela.

A percepção entre pequenos negócios é diferente. A Pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios, do Sebrae, mostra que 51% dos donos de micro e pequenas empresas e Micro Empreendedor Individual (MEIs) avaliam que o fim do 6x1 não teria impacto sobre seus negócios — número que era de 47% em 2024. O percentual dos que veem impacto negativo caiu de 32% para 27%. O presidente do Sebrae, Rodrigo Soares, afirmou ao **Correio** que a entidade está preparada para apoiar a adaptação, “com foco em produtividade, competitividade e inovação”.

Lopes lembra que, em 1988, quando a jornada caiu de 48 para

44 horas, a informalidade recuou de 38% para 36% — ressalvando que a relação não é direta nem comprovada.

Prates não prevê compensação no relatório — “é prerrogativa do Executivo”. Mas revelou ao **Correio** que estuda um mecanismo via ADCT. A ideia seria que, durante o período de transição, as horas entre 40 e 44 fossem pagas sem adicional. “Você minoraria o impacto sem retirar direitos de ninguém.”

É nesse ponto que a disputa econômica encontra a conta humana. O deputado Reginaldo Lopes afirmou, durante a audiência, que quase 500 mil trabalhadores se afastaram por transtornos mentais relacionados ao trabalho no último ano. Pesquisa conjunta das universidades de Cambridge e do Boston College, citada pelo senador Paim, apontou queda de 39% no estresse e redução de 71% nos casos de burnout em jornadas reduzidas.

Quem arcará com o custo da transição — empresa, governo ou trabalhador — é exatamente o que o substitutivo de Prates ainda não definiu. E essa lacuna se tornou o principal campo de batalha antes da votação do dia 26.

A votação

A poucos meses das eleições, parlamentares admitem o peso político da pauta. Passarinho é direto: “O pai de Hugo Motta é candidato a senador na Paraíba. Qual deputado vota contra isso dois meses antes da eleição?”

Prates trouxe leitura considerada inédita: levantamentos mostram apoio forte entre jovens conservadores de 16 a 40 anos. “É a primeira vez que o setor produtivo e a juventude que apoiou Bolsonaro estão em campos opostos nessa disputa.”

Para Passarinho, o cálculo é político: “O governo não tem voto para o 5x2 puro. Vai passar com compensação.”

O relator entrega o texto no dia 20; a comissão o vota no dia 26. Lopes aposta em mais de 450 votos. Marcon avisa: “Promete que todo mundo vai descansar e ganhar a mesma coisa. Depois vem a realidade.”

Prates terá que fazer malabarismo para equilibrar interesses antagônicos e fechar a proposta final. “É importante encontrar um texto de equilíbrio. Se não agradar a todo mundo, que não desagrade à totalidade”, conclui.

Patrícia manda um recado aos deputados: “Apoiem essa mudança. O trabalho melhora quando o trabalhador sabe que terá um dia a mais para descansar”.

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**